

MANUAL PARA O SACRIFÍCIO E O GENUÍNO SUCESSO NAS CARREIRAS JURÍDICAS

Rafael de Araújo Gomes,
Procurador do Trabalho

O sítio da internet “Consultor Jurídico (Conjur)”, dedicado a assuntos jurídicos, publicou em julho deste ano um artigo intitulado “Manual de sobrevivência e sucesso nas carreiras jurídicas”, escrito por Vladimir Passos de Freitas, ex-desembargador federal.

A intenção reconhecida pelo autor com o artigo é a enunciação de regras “éticas”, não escritas, que determinariam o sucesso nas carreiras jurídicas, regras que portanto deveriam ser seguidas por juízes, promotores, defensores públicas e outros profissionais, sob pena de amargarem fracasso na vida profissional.

Na prática, trata-se da transposição de pensamentos de Maquiavel e do Cardeal Mazarin (citado como fonte bibliográfica), relativamente a jogos de poder e a formas de obtê-lo e mantê-lo, transportados para o universo contemporâneo de carreiras relacionadas à Justiça.

Entre outras coisas, afirma o autor que: “o brilho prematuro suscita medo e inveja nos outros” (mencionando, com pretensões pedagógicas, o caso de um jovem juiz que, por ter proferido palestra no início da carreira, foi punido e ostracizado pelos demais), “não criticar os outros é a regra de ouro” (minha frase preferida em todo o artigo), “os títulos, a hierarquia, o tratamento, devem corresponder ao cargo que se ocupa, à idade, à história de vida dos envolvidos”, “o único resultado admissível é o sucesso”, “quando se substitui alguém temporariamente, nada se modifica... deve-se limitar a rotinas”, “segredos não se confiam a ninguém”, “no trato com os membros da cúpula da hierarquia, nunca esquecer que eles gostam e querem ser o centro das atenções”, “não se busca a dissimulação para alcançar o mal, para prejudicar terceiros. Tudo porque, sabidamente,

não se conquista nada se não for dentro de determinadas regras, procedimentos não escritos”.

A última passagem revela precisamente o sentido geral do artigo: prega-se a dissimulação por parte dos profissionais da Justiça, mas tal dissimulação seria justificada já que não tem por propósito “alcançar o mal” e “prejudicar terceiros”, mas sim conquistar o sucesso, sendo que por sucesso, no contexto geral do artigo, há de se entender prestígio e poder dentro da instituição em que o profissional (juiz, promotor, etc.) está inserido.

Há de ser dito, desde logo, que o autor do artigo está absolutamente correto na descrição feita do funcionamento das instituições relacionadas à Justiça. As coisas se dão exatamente como o autor mencionou, fato que posso confirmar por minha experiência pessoal. Quem tiver a ousadia de exibir brilho prematuro (quer dizer, quem “prematuramente” buscar realizar muito bem o seu trabalho, ou buscar grande produtividade), quem criticar (mesmo aquilo que merece ser criticado, e particularmente os órgãos de cúpula), quem não se mostrar dissimulado, quem não for dado a bajulações, quem propuser mudanças, quem não reconhecer as “liturgias do poder”, sofrerá represálias e será ostracizado. É assim que as coisas funcionam.

Nesse sentido, portanto, o artigo de fato atinge seu objetivo. Ele realmente fornece dicas úteis a quem quiser galgar posições na instituição a que pertence e deseja acumular poder e prestígio.

Chama-me a atenção, entretanto, que aparentemente o autor jamais cogitou, ao longo de sua longa e respeitável carreira, que alguma pessoa no sistema de Justiça possa ter interesse em perseguir outras coisas que não o “sucesso”, o poder e o prestígio. Não lhe ocorre que alguém, um juiz ou um promotor, possa perseguir outras coisas que não a sobrevivência na instituição e o sucesso mundano, por considerar outros valores mais importantes do que esses.

Acontece que, por estranho que possa parecer ao autor do artigo, e a muitas pessoas que pensam como ele, é perfeitamente possível que profissionais da área jurídica, como juizes, promotores e procuradores, desejem outras coisas que não o sucesso a todo custo, o poder e as honrarias, mesmo sabendo que tal opção conduzirá

ao “insucesso”, ao desprestígio, ao ostracismo e à má-fama.

São escolhas que fazemos. Pode-se perseguir o sucesso, ou então perseguir a mudança. Pode-se baixar a cabeça para o status quo, ou quebrar a cabeça tentando mudar o status quo. Pode-se escolher a sobrevivência a todo custo ou o sacrifício em nome de um ideal. Pode-se seguir a “regra de ouro de jamais criticar”, ou criticar o que está errado, o que é injusto e o que merece ser criticado, sabendo do preço a pagar por assumir tal postura.

Pode ser que o profissional tenha buscado sua aprovação em um concurso para juiz ou para promotor não porque deseja, um dia, tornar-se presidente do Tribunal, ministro de tribunal superior ou Procurador-Geral. Pode ser que o que inspira o profissional seja o desejo, a verdadeira ânsia, de trazer um pouco de justiça aos que tem sede e fome de justiça, e de trazer um pouco de punição aos criminosos, aos corruptos, aos poderosos que lucram com a exploração e o sofrimento alheio e com a prática de ilícitos jamais repreendidos. Pode ser que o que move um juiz, um promotor e um defensor não é o desejo de poder, mas um ideal de justiça, e a vontade de fazer algo não para si, mas para os outros, para a sociedade, para os necessitados.

E pode ser, acima de tudo, que em nome desse ideal tal profissional esteja perfeitamente conformado com o fato de que jamais atingirá o sucesso mundano em sua instituição, jamais se tornará presidente de Tribunal ou Procurador-Geral, e mesmo assim esteja disposto a continuar, a tentar mudar os mecanismos tradicionais de reprodução do poder e do status quo, ainda que as chances de atingir tal objetivo sejam sabidamente pequenas, ou mesmo remotas.

Tal tipo de opção pode parecer estranha em uma sociedade cada vez mais individualista e egoísta. Mas exemplos de tal disposição para suportar sacrifícios em nome de um ideal, em confronto ao status quo, podem ser encontrados por quem quiser encontrá-los.

Um dos exemplos que mais me comovem é o dos “righteous among the nations” (“justos entre as nações”, maior condecoração concedida pelo Memorial do Holocausto de Israel) na Segunda Grande Guerra, pessoas que sacrificaram tudo, inclusive a própria vida, para salvar judeus perseguidos pelo extermínio nazista. Entre os

“righteous” está, por exemplo, Chiume Sugihara, diplomata japonês que, contrariando ordens superiores, concedeu vistos para sair da Lituânia a aproximadamente 6.000 judeus, salvando-os da morte certa, sendo que como “prêmio” por tal heroísmo ímpar foi, ao retornar ao Japão, expulso do corpo diplomático e viveu até o fim de seus dias na pobreza, sem nunca alardear seu sacrifício.

Tais casos, vale enfatizar, são bastante raros, pois a esmagadora maioria dos profissionais, inclusive veneráveis juízes e juristas da época, em territórios ocupados pelos nazistas estavam mais preocupados em assegurar a própria sobrevivência, e calaram-se (ou aderiram francamente) diante da barbárie que vinha sendo cometida.

Um exemplo mais contemporâneo de tal disposição para o sacrifício em nome de um ideal de justiça é o de Edward Snowden, norte-americano que revelou, publicamente, o mecanismo clandestino criado pelo governo norte-americano para monitorar, em escala mundial, comunicações telefônicas e pela internet, tendo sido revelado, inclusive, que o Brasil e os cidadãos brasileiros são um dos principais focos de tal rede de espionagem internacional, completamente fora de controle.

É notório que a vida desse sujeito está acabada, pois o governo americano jamais perdoará a exposição pública de seus abusos e crimes.

A quem quer que siga o receituário de Maquiavel e Mazarin, Edward Snowden é um louco, um criminoso ou um idiota. Para outros, entretanto, ele é um herói, e seu sacrifício abnegado poderá redundar em uma muito necessária discussão, em escala planetária, acerca da preservação de direitos individuais e coletivos na rede mundial de computadores.

Poderá alguém argumentar, entretanto, que é necessário seguir a “cartilha de sobrevivência e sucesso” para atingir, um dia, uma posição de poder que lhe permita, finalmente, promover mudanças para melhor, e concretizar o ideal de justiça que o inspirava na juventude.

Como sabemos, as coisas simplesmente não se dão dessa maneira. Ninguém consegue “mudar o sistema por dentro” depois de ter sido aceito por aderir sem peias ao status quo, quer dizer, depois de ter alcançado o sucesso dentro das próprias

regras do sistema. Quando se chega lá por esse caminho, você não consegue mais mudar o que quer que seja, pois já estará comprometido pela interiorização na própria psiquê dos mecanismos de dissimulação, além de limitado pelas alianças formadas, carregando o peso de todas as escolhas que não fez, e das vezes que se calou, e das vezes que se omitiu.

Acredito que o dever ético de todos os profissionais de carreiras jurídicas não está em perseguir o sucesso mundano, o poder e o prestígio, mas sim o de prestar o melhor serviço possível, tanto quanto lhe permitir suas energias e tempo, à sociedade, à população destinatária desse serviço público que é a prestação da justiça. O verdadeiro sucesso não é medido pelo grau de poder detido pelo profissional, ou pela quantidade de bajulação que ele recebe dos outros, inclusive de seus pares, mas pela quantidade de esforço que ele dedica à transformação da sociedade brasileira, ainda sumamente injusta e desigual. E acredito que os profissionais das carreiras jurídicas devem seguir tal imperativo ético mesmo ante o risco de se tornarem párias dentro da instituição em que estiverem inseridos, por ferir suscetibilidades daqueles que trabalham o menos possível, dos que fingem trabalhar ocultando-se atrás do exagerado apego a formalismos burocráticos, dos que não querem se indispor com o poder econômico e político, dos que temem qualquer mudança, ou dos que desejam ser bajulados e reverenciados como autoridades infalíveis.

A transformação do Brasil em um país mais justo, e menos acostumado à corrupção e à violação de direitos, não ocorrerá sem sacrifícios, e parte desses sacrifícios precisará ser suportada, um dia, pelos profissionais de carreiras jurídicas. Não são aplausos, promoções e bajulações que estarão reservados aos juizes, promotores, defensores e outros profissionais que se disponham a realizar esse papel, mas críticas, agressões, perseguições internas e externas. E ainda assim eles devem perseverar nesse caminho, se o que inspira suas vidas e suas carreiras seja a busca de um ideal, mais do que a busca de dinheiro ou de poder mundano, que é sempre passageiro e, em última instância, ilusório.

Se o Manual de Sobrevivência e Sucesso prega jamais criticar, aperfeiçoar-se na arte da dissimulação e reconhecer o sucesso como “único resultado admissível”, o Manual do Sacrifício nas carreiras jurídicas nos diz para estarmos preparados, após a aprovação no concurso público, a sermos mandados “como ovelhas em meio aos lobos”

na busca por justiça aos necessitados e na defesa dos interesses da sociedade, mesmo que o fracasso pareça certo. Pois esse é o dever de um verdadeiro servidor do público, em qualquer esfera ou escalão.